

A man with dark, wavy hair and a light beard is shown in profile, looking down at a smartphone held in his right hand. He is wearing a bright yellow, textured knit sweater. The background is a blurred indoor setting with warm lighting, possibly a cafe or office. The overall mood is calm and focused.

Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2021

WILL FINANCEIRA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

will 
BANK

Diretoria

Felipe Felix Soares de Sousa
Diretor Geral

Ricardo Saad Neto
Diretor Corporativo

Contador

Marlon Soares Fernandes
CRC 1SP-295873/O-5

Relatório da Administração 2021

O Will Bank ("Grupo" ou "Will"), conglomerado composto pelas empresas Will S.A. Instituição de Pagamento, Will Financeira S.A. CFI (líder do Conglomerado Prudencial), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"), tem o prazer de divulgar as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Fundado em maio de 2017, o will bank é um dos maiores bancos digitais do Brasil. Além de oferecer cartões de crédito e débito, oferece também serviços de contas digitais, como conta remunerada, pagamentos, saques, transferências e recarga de celular sem qualquer tarifa ou anuidade.

Acreditamos que o crédito é um direito humano e nossa ambição é levar soluções financeiras a todos os brasileiros, inclusive e especialmente, a aqueles que hoje não têm acesso ao sistema financeiro. Acreditamos também que para atingir todos os brasileiros é preciso falar de forma simples e clara, gerando engajamento e confiança.

Diante desse desafio, nos tornamos pioneiros na emissão de cartão de crédito para o público desbancarizado, cerca de 35% dos nossos clientes não possuem cartão de crédito quando conseguem nossos cartões, quase 60% moram na região nordeste e 53% vivem em municípios com menos de 100 mil habitantes. Esse público, que os grandes bancos normalmente não atendem, demonstra uma enorme demanda por crédito. Em pouco mais de quatro anos recebemos cerca de 17 milhões de pedidos para o nosso produto e emitimos mais de 2,5 milhões de cartões de crédito. Em 2021, nossos clientes transacionaram mais de R\$7,6 bilhões em nossos cartões, além de um total de R\$2,0 bilhões depositados em conta apenas em 2021.

Nossa proposta de valor é ter sempre o cliente no centro e esse foco fica evidente nas avaliações do nosso app nas principais plataformas de download, com avaliação de 4,6 estrelas na Play Store e de 4,8 estrelas na App Store, nos colocando entre as melhores do setor.

Para sustentar a operação mantendo a excelência no serviço e a continuidade no desenvolvimento de novos produtos, tivemos um aumento em nosso quadro de colaboradores, que saiu de 490 no final de 2020, para 1.075 no encerramento de 2021, um aumento de 119%. Mesmo com esse expressivo aumento, atingimos um e-NPS de 69 e mantemos nossa avaliação acima de 4,5 estrelas no Glassdoor, nos colocando como uma das empresas mais bem avaliadas pelos colaboradores na plataforma.

Em agosto de 2021, alinhado com a estratégia de crescimento do Grupo, recebemos um aporte de R\$250 milhões de fundos geridos por duas das maiores gestoras do país, a XP Investimentos e a Atmos Capital. Além do capital, as duas gestoras também trazem consigo a expertise de outros projetos, sendo um diferencial fundamental no desenvolvimento estratégico e de governança do Grupo. Adicionalmente, cabe ressaltar que o aporte, por ainda não estar homologado pelo Bacen, não compõe o Patrimônio de Referência (PR) da Will Financeira para fins de cálculo de basileia. Este processo ainda está em avaliação pelo Bacen.

Relatório da Administração 2021

Destques Financeiros

Receita Bruta: A receita do will bank é composta por receitas de serviços e receitas financeiras. As receitas de serviço são, principalmente, receitas de intercâmbio (um percentual do montante transacionado pelos nossos clientes). As receitas financeiras são geradas principalmente por atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes e juros de parcelamentos de faturas vincendas. Em termos comparáveis, nossa receita cresceu 58%, de R\$527 milhões em 2020 para R\$833 milhões em 2021, esse crescimento está diretamente relacionado com nosso crescimento operacional de números de clientes e valor transacionado.

Despesas com provisões e perdas de crédito: As despesas com provisões e perdas cresceram de R\$312 milhões para R\$454 milhões, um aumento de 46%, consideravelmente inferior ao crescimento da receita, essa melhora de desempenho está diretamente relacionada ao crescimento da nossa operação, maturação da nossa carteira de crédito e melhoria na performance de crédito das novas safras de clientes.

Custos com clientes e captação: Custos com clientes contém todos os custos relacionados diretamente à operação, isso inclui custos de atendimento ao cliente, de processamento de transações, de bandeira, bem como custos de cobrança e de recebimento de faturas. Em 2021, essa linha cresceu cerca de 42%, substancialmente inferior ao crescimento da receita. Os custos de captação, envolvem todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas com emissão de CDBs e LCs pré e pós-fixados, distribuídos por corretoras parceiras para pessoas físicas. Em 2021, esse custo subiu 42%, crescimento justificado pelos aumentos do CDI ao longo do ano de 2021. O CDI acumulado de 2020 subiu de 2,8% para 4,4% em 2021, representando um aumento de 1,6 p.p.

Lucro Bruto: Essa combinação de crescimento de receita maior do que crescimento de custos fez com que nosso lucro bruto aumentasse para R\$156 milhões e nossa margem bruta atingisse 43,2%, 12,6 p.p superior aos 30,6% registrados em 2020.

Despesas Gerais: Dado o crescimento do lucro bruto em 145% na comparação anual, nossas despesas gerais também aumentaram por conta da robustez necessária para acompanhar o crescimento da nossas operações e expansão de linhas de negócio, saindo de R\$55,3 milhões em 2020 para R\$127 milhões em 2021, um crescimento de 131%, abaixo do crescimento do nosso lucro bruto.

Resultado Líquido: Resultado disso tudo é que atingimos um lucro líquido ajustado de R\$5,8 milhões, um crescimento de 187% em comparação com o resultado de R\$2,0 milhões em 2020.

Índice de Basileia: O Will Bank recebeu um aporte de capital no valor de R\$250 milhões em agosto de 2021, este valor, assim que homologado pelo Bacen, irá compor o Patrimônio de Referência (PR) da Will Financeira para o cálculo do Índice de Basileia ("IB"). Considerando o aumento de capital ainda em processo de aprovação, o IB seria de 8,5%.

Relatório da Administração 2021

DRE Will Bank			
R\$ mil	2020 ¹	2021	Var. Anual (%)
Receita de serviços	65.877	110.413	68%
Receita financeira	461.229	722.842	57%
Receita bruta	527.176	833.256	58%
Imposto s/ receita	(5.969)	(15.472)	159%
Perdas e provisões	(312.007)	(454.690)	46%
Receita líquida de provisões e perdas	209.200	363.094	74%
Custos com clientes	(71.765)	(101.859)	42%
Custos de captação	(73.448)	(104.311)	42%
Lucro bruto	63.987	156.924	145%
<i>Margem bruta</i>	<i>30,6%</i>	<i>43,2%</i>	<i>12,6 p.p</i>
Despesas de aquisição	(15.003)	(29.582)	97%
Despesas de pessoal	(16.833)	(47.396)	182%
Despesas gerais	(23.488)	(50.772)	116%
Total de despesas	(55.323)	(127.751)	131%
Depreciação e Amortização	(4.796)	(13.253)	176%
LAIR	3.868	15.921	312%
IR/CSLL	(1.826)	(10.070)	451%
Lucro líquido ajustado	2.042	5.850	187%
Eventos não-recorrentes ²	-	(19.091)	
Lucro Líquido	2.042	(13.242)	(748%)

(1) Números de 2020 consideram somente o resultado do conglomerado atual.

(2) Eventos não-recorrentes são despesas relacionadas à exercícios anteriores e ao processo de levantamento de capital.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis de conglomerados prudenciais previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado Prudencial da Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende: quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.



Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme descrito em nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e das regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reorganização societária

Conforme descrito em nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada reorganização societária do grupo, mediante a constituição da Will Holding Financeira Ltda., que passou a ser controladora da Instituição em 19 de julho de 2021 e, por sua vez, controlada da Instituição a partir de 3 de agosto de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Limite de capital regulatório

Conforme descrito em nota explicativa nº 18(a) às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2021, o Índice de Basileia apurado de forma consolidada por meio do Conglomerado Prudencial encontrava-se inferior ao mínimo regulatório requerido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 24 de maio de 2021, sem ressalvas.

Demonstrações contábeis individuais

A Instituição elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a norma brasileira NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

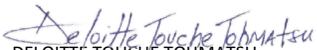
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Deloitte.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		253.913	136.184
Disponibilidades	5	82.599	1.063
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	171.314	135.121
Instrumentos Financeiros		2.831.096	1.063.133
Títulos e Valores Mobiliários	6	507.817	280.405
Operações de Crédito	7a	706.917	318.859
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(97.599)	(34.805)
Recebíveis de Cartão de Crédito	8	1.725.441	498.674
Provisão para Perdas Associadas a Recebíveis de Cartão de Crédito	8	(11.480)	–
Outros créditos	9	756.904	987.863
Ativos Fiscais Diferidos	15	174.208	124.625
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		–	2.556
Imobilizado de Uso	10	25.442	26.074
Intangível	11	53.133	18.093
Depreciações e Amortizações	10/11	(24.711)	(25.002)
Total de Ativo		4.069.985	2.333.523
Passivo	Nota	2021	2020
Depósitos e Instrumentos Financeiros		3.682.238	2.213.224
Depósitos	12a	1.076.706	322.509
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	12b	875.682	1.023.360
Relações Interfinanceiras	12c	1.729.850	867.355
Provisões e Contingências Passivas	13	2.354	3.188
Passivos Fiscais Diferidos	15c.2	5.889	–
Outras Obrigações	14	60.592	35.680
Total do Passivo		3.751.073	2.252.092
Patrimônio Líquido	16		
Capital Social		50.000	50.000
Aumento de Capital		250.000	–
Reservas de Capital		57.495	10.931
Reservas de Lucro		2.395	1.103
Prejuízo Acumulado		–	(36)
Capital de Não Controladores		(40.978)	19.433
Total do Patrimônio Líquido		318.912	81.431
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.069.985	2.333.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e lucro por ação)

Nota	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Receitas de intermediação financeira		449.290	773.279	473.540
Receitas financeiras de operações de crédito	7c	399.063	703.644	427.263
Resultado de variação cambial		(67)	(67)	–
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.426	6.030	5.319
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6b	44.864	45.015	424
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.005	18.658	40.534
Despesas de Intermediação financeira		(375.593)	(566.077)	(315.158)
Despesa de juros	12c	(75.089)	(118.191)	(75.666)
Despesa de juros e similares		(10)	(10)	–
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	3j	(300.494)	(447.877)	(239.492)
Resultado de Intermediação financeira antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa		73.697	207.202	158.382
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7e	(21.104)	(62.794)	(85.627)
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	7e	(11.480)	(11.480)	–
Resultado de Intermediação financeira		41.113	132.928	72.755
Outras receitas/despesas operacionais		(94.060)	(145.708)	(81.614)
Receita de prestação de serviço		62.610	108.921	69.509
Outras despesas relacionadas a crédito		(935)	(935)	–
Despesa de pessoal	17a	(46.130)	(73.683)	(25.194)
Despesas administrativas	17b	(105.283)	(182.017)	(99.661)
Despesas tributárias	15b	(10.881)	(23.715)	(6.217)
Contingências	17b	(203)	(215)	(2.138)
Provisões		(322)	(322)	–
Depreciação e Amortização	17b	(7.692)	(10.901)	(6.217)
Outras despesas operacionais	17c	(17.750)	(18.966)	(20.088)
Outras receitas operacionais	17d	32.531	56.128	8.393
Resultado Operacional		(52.947)	(12.780)	(8.858)
Resultado não operacional		(914)	(3.064)	6.709
Resultado antes de tributos e participações		(53.861)	(15.845)	(2.149)
Tributos e participações		14.586	2.604	428
IRPJ e CSLL correntes	15a	(8.673)	(41.149)	21
IRPJ e CSLL diferidos	15a	23.283	43.807	407
Participações Estatutárias no Lucro		(24)	(54)	(60)
Resultado Líquido		(39.276)	(13.242)	(1.781)
Número de Ações		300.000.000	300.000.000	50.000.000
Lucro líquido por ações (em Reais)		(0,13)	(0,04)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R\$)

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício	(39.276)	(13.242)	(1.781)
Resultado Abrangente do semestre e exercício	(39.276)	(13.242)	(1.781)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucro - Legal	Reservas de Capital	Lucro/ (Prejuízo) Acumulados	Total Controladores	Total Não Controladores	Total Patrimônio Líquido Conglomerado
Saldo em 31/12/2019		40.000	10.000	1.103	10.931	-	62.034	(110.406)	(48.372)
Aumento de Capital	16	10.000	(10.000)	-	-	-	-	129.750	129.750
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(36)	(36)	(1.745)	(1.781)
Avaliação das Cotas do FIDC a valor de mercado		-	-	-	-	-	-	1.538	1.538
Planos de participação societária futura		-	-	-	-	-	-	296	296
Saldo em 31/12/2020		50.000	-	1.103	10.931	(36)	61.998	19.433	81.431
Mutações no período		10.000	(10.000)	-	-	(36)	(36)	129.839	129.803
Saldo em 30/06/2021		50.000	-	-	60.438	-	110.438	(2.750)	107.688
Aumento de Capital	16	-	250.000	-	-	-	250.000	-	250.000
Lucro/(Prejuízo) do semestre		-	-	-	-	9.361	9.361	(48.637)	(39.276)
Reversão/Constituição de Reserva de Lucros e de Capital		-	-	2.395	6.966	(9.361)	-	-	-
Outras reversões		-	-	-	(9.909)	-	(9.909)	9.819	(90)
Planos de participação societária futura	16	-	-	-	-	-	-	590	590
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	2.395	57.495	-	359.890	(40.978)	318.912
Mutações no período		-	250.000	2.395	(2.943)	-	249.452	(38.228)	211.224
Saldo em 31/12/2020		50.000	-	-	11.998	-	61.998	19.433	81.431
Aumento de Capital	16	-	250.000	-	-	-	250.000	-	250.000
Lucro/(Prejuízo) do exercício		-	-	-	-	57.802	57.802	(71.042)	(13.240)
Reversão/Constituição de Reserva de Lucros e de Capital		-	-	2.395	55.407	(57.802)	-	-	-
Outras reversões		-	-	-	(9.910)	-	(9.910)	9.990	80
Planos de participação societária futura	16	-	-	-	-	-	-	641	641
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	2.395	57.495	-	359.890	(40.978)	318.912
Mutações no período		-	250.000	2.395	45.497	-	297.892	(60.411)	237.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Milhares de Reais - R\$)

Nota	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
		(39.276)	(1.781)
Resultado líquido do semestre/exercício			
Ajustes ao resultado líquido			
	17b	7.692	3.922
	17b	203	-
	7e	21.104	85.627
	15a	(23.283)	(407)
	6a	328	-
		32.562	-
		590	-
	15a	8.673	(21)
		-	1.538
		8.593	88.878
Resultado Ajustado			
Varição em ativos e passivos operacionais			
	6a	(228.909)	(142.950)
	7a	(136.845)	(69.293)
	8	(839.266)	-
	9	164.692	(583.961)
	12a	425.624	236.167
	12b	(47.735)	(6.762)
	12c	533.668	-
	14	(28.419)	211.833
		15.737	-
		(141.453)	(354.965)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos			
		-	-
	10	3.682	(7.883)
	11	(26.967)	16.391
		(23.285)	8.508
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em Investimentos			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
	16	250.000	129.750
		250.000	129.750
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento			
Caixa e Equivalentes de caixa			
		160.060	264.014
		253.913	136.184
		93.853	(127.830)
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

O conglomerado prudencial Will Bank ("Will Bank"), em cumprimento à resolução CMN 4.280/2013, divulga suas demonstrações contábeis em que são consolidadas, a instituição financeira líder Will Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("Will Financeira"), a instituição de pagamentos Will S.A. Meios de Pagamento ("Will Pagamento") e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC").

O conglomerado tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamento, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A Will Financeira, foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor.

A Will S.A. Meio de Pagamento, antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova S.A. Meios de Pagamentos, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo willbank.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do Banco Central do Brasil (BACEN) e atendem aos propósitos específicos da referida resolução. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, o grupo considerou ainda o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma o grupo, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 – Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis do conglomerado prudencial são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Will Bank.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações da Will Financeira, instituição líder do Conglomerado Prudencial, e das demais instituições assemelhadas no país e integrantes do grupo Willbank, bem como fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios. Consideram-se assemelhadas, a Will Pagamentos, Will Holding e o FIDC. Vale ressaltar que, societariamente, e a partir de Agosto de 2021 (nota 1), a empresa Will Pagamentos detém 100% de participação na Will Holding, que por sua vez detém 100% de participação na Will Financeira. Adicionalmente, a Will Pagamentos detém 100% das cotas do FIDC.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos entre as empresas, compreendendo às participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do conglomerado prudencial para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria do Will Bank, em 13 de maio de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do grupo e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Will Bank possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii. Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii. Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

f) Recebíveis de Cartão de Crédito

Os recebíveis de cartão de crédito são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas. Carteiras de crédito Will Financeira segue todas as regras de provisionamento do Banco Central (Resolução 2.682).

g) Operações de Crédito/Provisão para perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" são cedidas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), essas cessões são efetuadas sem coobrigação.

h) Relações Interfinanceiras

Representadas pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar à bandeira Mastercard, deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "pro rata temporis". Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais "pro rata die".

Atualmente a única modalidade de financiamento no balanço da Companhia é o Arrendamento Financeiro. A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

j) Cessão de recebíveis

A Companhia efetua cessões de crédito à partes relacionadas, de acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09 e alterações, que estabelecem procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificadas em categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios.

Nesse sentido, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é do título contábil utilizado para registro da operação original e resultado apurado na negociação, positivo ou negativo, é apropriado de forma diferida no resultado do período.

k) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para o grupo.

l) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

m) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo grupo destinados à manutenção do Will Bank ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo intangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

o) Letras de câmbio

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, são calculados no final de cada exercício sobre o prejuízo fiscal e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 01.03.2021 foi publicada a medida provisória (MP) n° 1.034, convertida no dia 14 de julho de 2021 na Lei 14.183, que alterou a Lei n° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 20%, até 31.12.2021 e 15% a partir de 1° de janeiro de 2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1° do art. 1° da Lei Complementar n° 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1° dia do 4° mês subsequente ao de sua publicação.

q) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Will Bank.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando o Will Bank entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto e foi preparada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

t) Resultados recorrentes/não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n° 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

O Grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Grupo revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para as operações de crédito firmadas, consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 1.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Disponibilidades	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	71.875	207
Reservas Livres	10.724	856
	82.599	1.063
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
LTN – Letras do Tesouro Nacional	171.314	97.275
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	–	37.846
	171.314	135.121
Total	253.913	136.184

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2021		31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Posição Bancada	4.285	5.840	5.242	
Aplicação em Depósito Interfinanceiro	141	190	77	
Total	4.426	6.030	5.319	

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021					31/12/2020		
	Vencimento		Valor Contábil sem MTM	Marcação a Mercado	Valor Contábil	Vencimento		Valor Contábil
	Até 1 ano	Depois 1 ano				Até 1 ano	Depois 1 ano	
1 - Mantidos até o vencimento								
Letras Financeiras do Tesouro	–	206.758	206.758	–	206.758	–	–	–
2 - Mantidos para negociação								
Letras Financeiras do Tesouro e Fundos de Investimentos	29.795	270.466	300.261	328	300.589	67.303	213.102	280.405
2 - Disponíveis para venda								
Letras Financeiras do Tesouro	469	–	469	–	469	–	–	–
	30.264	477.224	507.489	328	507.817	67.303	213.102	280.405

Não houve reclassificação entre as categorias acima apresentadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021		31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Títulos de Renda Fixa	8.859	9.010	424	
Aplicações em Fundo de Investimento	36.005	36.005	–	
Total	44.864	45.015	424	

7. Operações de Crédito

Estão representados por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações de cartão de crédito da Will Pagamento com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2021	31/12/2020
	Carteira	Carteira
A	307.219	173.619
B	96.773	34.693
C	62.090	30.090
D	64.618	22.261
E	62.274	23.398
F	58.359	15.846
G	55.584	17.989
H	–	963
Total Geral	706.917	318.859
Circulante	693.282	313.136
Não Circulante	13.635	5.723

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Curso Normal	307.218	173.618
Parcelas vencidas	40.131	24.350
Até 14 dias	40.131	24.350
Parcelas a vencer	267.087	149.268
Até 3 meses	254.211	133.769
3 a 6 meses	9.298	8.383
6 a 12 meses	2.919	4.516
Acima de 12 meses	659	2.600
Curso Anormal	399.699	145.241
Parcelas vencidas	296.718	101.842
Até 14 dias	12.805	–
Acima de 14 dias	283.913	101.842
Parcelas a vencer	102.981	43.399
Até 3 meses	82.939	31.168
3 a 6 meses	11.545	5.170
6 a 12 meses	6.077	3.938
Acima de 12 meses	2.420	3.123
Total	706.917	318.859

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R\$ 703.644 (R\$ 427.263 em 2020), e no semestre de R\$ 399.063 (R\$ 270.550 em 2020).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99. No período anterior era efetuado um complemento da Provisão, de acordo com a Política interna, no montante de R \$1.964 em 31 de dezembro de 2020, a partir do 2º semestre de 2021, não se fez necessário a provisão complementar, visto a performance histórica da carteira de crédito.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da nova política de provisão, ficaram assim segregados:

Nível de Risco	31/12/2021	31/12/2020
	PDD Total	PDD Total
A	(1.535)	(922)
B	(968)	(368)
C	(1.863)	(958)
D	(6.462)	(2.363)
E	(18.682)	(7.452)
F	(29.180)	(8.411)
G	(38.909)	(13.368)
H	–	(963)
Total Geral	(97.599)	(34.805)

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Crédito

Saldo em 31/12/2020	34.805
Constituição líquida de reversão 1º semestre 2021	41.690
Saldo em 30/06/2021	76.495
Constituição líquida de reversão 2º semestre 2021	21.105
Saldo em 31/12/2021	97.599

f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados no Período	111.147	71.593
Baixas por Cessão ao FIDC	9.408	7.335
Total	120.555	78.928

8. Recebíveis de Cartão de Crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber cartão de crédito - faturado (a)	172.347	214.014
Valores a receber cartão de crédito - a faturar (b)	1.553.094	284.661
Total de Recebíveis de Cartão de Crédito	1.725.441	498.675
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (d)	(11.480)	–
Total de Provisão para Perdas	(11.480)	–
Circulante	1.713.961	498.675
Não Circulante	–	–

(a) Faturas emitidas aos clientes do cartão Pag e Will ainda não vencidas;

(b) Compras realizadas pelos clientes do cartão de crédito que até a data não foram faturados;

(c) A provisão para perdas com recebíveis de cartão de crédito é constituída sobre o saldo das operações, com base em uma estimativa elaborada pela Administração.

9. Outros Créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a)	90.495	790.849
Prêmio ou Desconto em Operações	–	(2.463)
Valores a receber – Incentivo Extraordinário (b)	55	22.538
Devedores Diversos no País	34.815	52.781
Impostos e Contribuições a Compensar (d)	19.005	3.973
Créditos a receber Will Pagamentos (e)	46.574	–
Despesas Antecipadas	86.549	41.515
Compensação a receber (c)	312.705	–
Valores pendentes de liquidação	166.428	46.268
Diversos	278	32.402
Total	756.904	987.863
Circulante	277.772	987.863
Não Circulante	479.132	–

- (a) Antecipação de Transação de pagamento pós pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de borderôs com deságio junto à Avista Cartões, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.
- (b) Prêmio ou Desconto em Operações: valor referente à incentivo extraordinário a receber, o contrato de exclusividade fechado com empresa de bandeira de cartão de crédito.
- (c) Valores a receber por acordo firmado com ex-controladores, relacionados a segregação de saldos da cisão.
- (d) Valores referentes a impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.
- (e) Estão representados por valores a receber da Will Pagamento em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

10. Imobilizado de Uso

	<u>31/12/2020</u>	<u>Exercício 2021</u>			
	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Redução ao valor recuperável</u>	<u>Saldo Contábil</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	1.708	1.561	(0)	1.703	3.269
Equipamento de Informática	16.768	810	55	933	17.633
Equipamento de Computação	139	8.621	(866)	15.879	7.894
Instalações	2.793	1.085	(368)	1.603	3.510
Máquinas e Equipamentos	–	1.528	(5)	2.278	1.523
Móveis e Utensílios	3.904	1.642	(2)	2.132	5.544
Telefonia	–	893	–	6	893
Sistema de Comunicação	–	–	–	146	–
Veículos	762	–	–	762	762
Total	26.074	16.140	(1.186)	25.442	41.028

11. Intangível

	31/12/2020	Exercício 2021			
	Saldo Contábil	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Programas de Computadores	5.531	71	(342)	366	5.260
Desenvolvimento interno (a)	10.145	6.527	(820)	52.103	15.852
Marcas	7	-	-	1	7
Outros	2.410	1.973	(4)	663	4.379
Total	18.093	8.571	(1.166)	53.133	25.498

(a) Refere-se a investimentos relacionados ao desenvolvimento de ativos que permitem a atuação da Will Pagamentos em seu ramo de negócio, o aumento de um período para o outro ocorreu devido ao reconhecimento da folha de pagamento relacionados aos trabalhos de tecnologia da informação que ocorrem mensalmente nos 12 meses de 2021, enquanto em 2020 isso começou a partir de junho. Além disso, houve um crescimento no quadro de funcionários que exercem essa atividade de um período para o outro, contribuindo para o aumento também.

12. Instrumentos Financeiros

a) Segregação por vencimento de Depósitos

Representados por Depósitos a prazo (CDBs e RDBs) que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço. As moedas eletrônicas se referem a saldos em conta de pagamento pré-paga, que é um produto Pag! e Will, ofertado aos clientes, por isso a classificação de todo saldo em circulante:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	269.046	513.099	782.145	37.072	156.867	193.939
Pós-fixados	61.376	200.200	261.576	20.642	87.346	107.988
Moeda Eletrônica	32.985	-	32.985	20.582	-	20.582
Total	363.407	713.299	1.076.706	78.296	244.213	322.509

b) Segregação por vencimento de Recursos de Aceites

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, captadas com base em taxas pós-fixadas como base na remuneração do CDI e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	81.192	412.987	494.179	100.164	340.457	440.620
Pós-fixados	133.989	247.514	381.503	132.471	450.269	582.740
Total	215.181	660.501	875.682	232.635	790.726	1.023.360

c) Relações Interfinanceiras

As transações parceladas que ocorrem no cartão de crédito, sem juros, com prazos máximos de 12 meses e, portanto, o saldo a pagar em cada exercício correspondente ao fluxo máximo de um ano.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a liquidar - Bandeira (a)	1.728.597	867.355
Valores a Liquidar - Operações	1.253	-
Total	<u>1.729.851</u>	<u>867.355</u>
Circulante	1.729.851	867.355
Não Circulante	-	-

(a) Valores a liquidar - Bandeira: O prazo máximo de recebimento das transações de pagamentos que os clientes executam é de 30 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação das bandeiras é de 27 dias a partir da data da transação.

d) Despesas de Juros

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Depósitos a Prazo	37.513	52.506	10.337
Aceites Cambiais	37.119	64.274	58.279
Outros	457	1.411	7.050
Total	<u>75.089</u>	<u>118.191</u>	<u>75.666</u>

13. Provisões e Contingências Passivas

a) Composição

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos Contingentes - Cíveis	2.354	3.188
Total	<u>2.354</u>	<u>3.188</u>

O Grupo é parte em ações judiciais em curso normal de suas operações, envolvendo os aspectos tais de natureza cível. Esses assuntos são discutidos nas diferentes esferas e os quais, quando requerido no andamento dos processos, envolvem depósitos judiciais pela Will Pagamento como garantia do processo.

Estas provisões são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2021 totalizam o valor de R \$2.354 (R \$3.188 em 31 de dezembro de 2020). No fim do exercício de 2021, existem ainda processos cíveis de relação de consumo classificado como perda possível, sendo considerado como contingências passivas, no montante de R \$244 (R \$678 em 31 de dezembro de 2020).

b) Movimentação

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Saldo Inicial	<u>2.150</u>	<u>2.138</u>	-
Constituição	1.785	2.197	3.188
Reversão de provisão	(766)	(986)	-
Baixa por pagamento	(877)	(1.077)	-
Atualização monetária	62	82	-
Saldo Final	<u>2.354</u>	<u>2.354</u>	<u>3.188</u>

14. Outras Obrigações

	31/12/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos	6.775	–
IOF a Recolher	6.775	–
Fiscais e Previdenciárias	30.864	3.041
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.412	–
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	833	253
Impostos e contribuições sobre salários	3.043	797
PIS e COFINS	1.370	–
Outros	206	1.991
Diversas	22.953	32.639
Despesa de Pessoal	15.340	4.966
Receitas de Exercícios Futuros	–	22.538
Credores diversos - País	7.613	5.135
Total	60.592	35.680
Circulante	60.592	5.873
Não Circulante	–	17.032

15. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(53.861)	(15.845)	(2.149)
Participações no Lucro	(24)	(54)	(60)
Resultado antes dos Impostos	(53.885)	(15.899)	(2.209)
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	21.554	6.360	884
Demais Despesas Indedutíveis	(2.908)	(2.908)	(477)
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	(4.678)	(853)	–
Adicional de IRPJ	12	24	–
Outros	630	35	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	14.610	2.658	407
<i>Impostos Correntes</i>	<i>(8.673)</i>	<i>(41.149)</i>	<i>21</i>
<i>Impostos Diferidos</i>	<i>23.283</i>	<i>43.807</i>	<i>407</i>

(1) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

b) Despesas Tributárias

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS/COFINS	9.542	21.271	5.442
ISS	1.254	2.187	–
Outras Despesas Tributárias	86	257	775
Total	10.881	23.715	6.217

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa e sobre prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do exercício e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c1. Ativos Fiscais Diferidos

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.632	13.922
Provisão para contingências cíveis	942	-
Provisão para Fornecedores	3.841	969
Provisão Valores pendentes	4.015	-
Total dos créditos sobre diferença temporária	52.430	14.891
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	121.778	109.734
Total IR e CS diferidos ativo	174.208	124.625

c2. Passivos Fiscais Diferidos

	31.12.2021	31.12.2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(131)	-
Provisão Incentivo Mastercard	(5.758)	-
Total IR e CS diferidos passivo	(5.889)	-

d) Expectativa de Realização

O aproveitamento dos créditos tributários está projetado para ser realizado como segue:

Realização do Crédito Tributário						
Ano	IRPJ		CSLL		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2.022	32.180	-	19.308	-	51.489	49.037
2.023	589	4.221	353	2.533	7.695	7.260
2.024	-	726	-	435	1.161	1.095
2.025	-	2.328	-	1.397	3.725	3.514
2.026	-	6.248	-	3.749	9.997	9.431
2.027	-	8.448	-	5.069	13.516	12.751
2.028	-	10.847	-	6.508	17.355	16.373
2.029	-	13.454	-	8.072	21.526	20.307
2.030	-	16.275	-	9.765	26.041	24.567
2.031	-	13.564	-	8.139	21.703	20.475
Total	32.769	76.112	19.661	45.666	174.208	164.809

O valor presente dos tributos fiscais é de R\$ 164.808 (cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e oito mil reais), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro acima.

16. Patrimônio Líquido

O Capital Social da Sociedade é de R\$ 50.000, totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas, com direito a voto, e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pela aumento do capital social da Sociedade, em moeda corrente, no valor total de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) para R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R\$ 1 (um real) cada, sendo 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

Embora não haja alteração no capital do social do Conglomerado Prudencial, em 04 de março de 2020 e 02 de junho de 2020 foram deliberados aumentos de capital na Pagamento nos montantes de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de novas ações) e R\$ 99.750.000 (noventa e nove milhões e setecentos e cinquenta de novas ações) respectivamente de acordo com Assembleias Gerais Extraordinárias.

Aumento de Capital

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R \$250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding") foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte via aumento de capital pelo valor total do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual a Will Financeira está aguardando a homologação do BACEN.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. O Grupo não efetuou distribuição de dividendos no exercício.

Planos de participação societária futura

A Companhia oferece a colaboradores, administradores e parceiros selecionados, desde que aprovados pelo seu Conselho de Administração, planos de participação societária futura através de venda de opções. Tal plano possui natureza mercantil e objetivo de estimular o desenvolvimento da instituição no médio e longo prazo. As outorgas das operações essencialmente ocorrem em função da fluência do prazo, conforme aplicável.

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Despesas de Pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	29.022	43.210	14.955
Benefícios	7.488	12.109	3.673
Encargos sociais	7.514	14.060	5.317
Honorários de diretores e conselheiros	1.534	3.067	1.082
Treinamento	573	1.237	167
Total	46.130	73.683	25.194

b) Outras Despesas Administrativas

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços Técnicos Especializados (*)	42.914	64.669	37.810
Processamento de Dados	20.906	28.080	15.990
Despesas Comerciais	-	-	14.111
Serviços Financeiros	11.774	32.350	21.220
Redução ao Valor Recuperável - Intangível	-	-	1.117
Outros	29.690	56.919	9.413
Contingências	203	215	2.138
Depreciação e amortização	7.692	10.901	6.217
Total	113.179	193.134	108.017

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados.

c) Outras Despesas Operacionais

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras Despesas Operacionais	17.750	18.841	2.928
Prejuízo com baixa de Empréstimos	-	125	19.061
Total	17.750	18.966	21.989

d) Outras Receitas Operacionais

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Multa Contratual	-	582	4.274
Recuperação de Encargos e Despesas	-	2.613	1.198
Outras Receitas Operacionais	41.092	61.494	2.921
Total	41.092	64.689	8.393

(*) Referem-se a encargos rotativos, descontos obtidos e reversões de despesas.

18. Partes Relacionadas

Remuneração a Administração

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Honorários de diretores e conselheiros	1.470	2.970	278

19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Índice de Basileia

Em decorrência do Acordo de Basileia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Por força da Resolução CMN nº 4.280/13, a Will Financeira elabora Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial consolidadas com as suas coligadas, estando sujeita, por determinação das Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, ao cálculo do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos para cobertura do montante dos ativos ponderados pelos riscos (RWA) e adicional de capital principal (ACP), em função do Conglomerado Prudencial.

Em função dessa consolidação a Will Financeira submete os ativos consolidados com as suas coligadas à ponderação de riscos requerida. Em decorrência da estrutura societária atual, considerando as normas do Banco Central, a Will Financeira expurga o saldo do Patrimônio Líquido dessas coligadas, quando do cálculo do Patrimônio de Referência ("PR"), ocasionando um desequilíbrio entre a ponderação dos ativos consolidados e o valor do patrimônio para a cobertura de riscos.

Atualmente, a Will Financeira é a instituição líder do Conglomerado Prudencial Will, composto pelas seguintes empresas: Will Financeira, a instituição de pagamento Will S.A. Meios de Pagamento e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC").

O Índice de Basileia, calculado de forma consolidada através do Conglomerado Prudencial, é de 1,79%, na data-base de 31 de dezembro de 2021 (2,91% em 31 de dezembro de 2020).

Vale ressaltar que apesar do Conglomerado Prudencial consolidar a Will Pagamento ("IP"), para o cálculo do PR o capital social desta, acrescido das reservas e resultados do período (incluindo as empresas controladas pela IP), não é considerado para fins de cálculo dos limites operacionais. Em relação ao RWAopad, o resultado também é considerado neste cálculo. Estes fatores em conjunto impactam negativamente o Índice de Basileia do grupo.

Ainda, neste cenário de consolidação da IP, existe também uma deficiência devido ao gap normativo: o ativo intangível é retirado do PR total sem que o patrimônio líquido desta entidade seja adicionado.

b) Estrutura de Gerenciamento de Capital

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

Em decorrência do início de nossas atividades a partir de 06 de setembro de 2016, nossas projeções de capital foram estabelecidas em Plano de Negócios, confeccionado em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Grupo dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento"). O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada - RWA_{CPAD}.

d) Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Recibos de Depósitos Bancários e Letras de Câmbio, na sua grande maioria, por taxas pós-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas captações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, enquanto o giro das operações de crédito, em sua grande maioria é menor que este prazo. O que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra a eventual e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação. O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura das exposições não classificadas na carteira de negociação é realizada através da parcela RBAN.

e) Gerenciamento do Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Conforme facultado na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

f) Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basileia, e nas melhores práticas sugeridas pelo *Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management*, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

20. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 2021, o Grupo teve uma despesa de R \$2.052 (R \$1.117 em 2020), referente a baixa de ativos intangíveis e imobilizados devido a perda do valor recuperável.

Tivemos o aumento de capital ao longo do ano de 2021, conforme nota explicativa 15, e o custo que a Will Pagamentos teve com consultoria foi de R \$21.782, este valor encontra-se na Demonstração do Resultado, em "Outras Despesas Administrativas".

21. Eventos Subsequentes

Em dezembro de 2021 foi constituída a empresa Will Produtos Ltda. a fim de prestar serviços de intermediação, administração de programas de fidelidades e relacionamento com clientes, serviços de marketing e promoções, análises estatísticas e pesquisas de mercado e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros. Visando operacionalizar novos produtos, como a concessão de cashback aos clientes, a Will Produtos realizou a aquisição de certos ativos da empresa Getmore Serviços Ltda. em 31 de janeiro de 2022 (Softwares, Contratos, entre outros), onde a Will Pagamentos será a controladora da Will Produtos.

will 
BANK